

Sociologando: A fome como tabu e a luta de Josué de Castro

Hunger as taboo in literature and science and the struggle of Josué de Castro
Luitgarde Oliveira-Cavalcanti (1941-Brasil-Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
luitgarde@globo.com

Resumo

A pesquisa em pensamento social brasileiro justifica-se pela importância de se conhecer as concepções em debate sobre as possíveis soluções para os problemas sociais. A pesquisa sobre a problemática da fome e a atuação de Josué de Castro nesse campo, concluiu-se em 2009. Trabalhando a teoria de Gramsci sobre o papel do intelectual, pesquisei a obra desse autor entrevistando familiares e outros intelectuais, seus contemporâneos, além de exaustiva leitura de suas entrevistas publicadas em livros, revistas e jornais. Tendo acesso a seu acervo documental, pesquisei sua atuação política, li sua bibliografia e assisti a filmes sobre sua vida, para organização de Seminário comemorativo de seu Centenário de Nascimento, em 2008. Além do Seminário, escrevi o artigo «Josué de Castro um homem do século XX». O texto integra uma coletânea sobre o autor, atualmente no prelo.

Palavras chave: fome, literatura, ciência, pensamento latinoamericano, intelectuais, Josué de Castro.

Recibido: 09-05-2011 → **Aceptado:** 06-06-2011

Cítese así: Oliveira-Cavalcanti, L. (2011). A fome como tabu e a luta de Josué de Castro. En: *Boletín Científico Sapiens Research*, Vol. 1 (2), pp. 70-74.

Abstract

The research in «Brazilian social thinking» is justified by the importance of understanding the concepts in debate on possible solutions to social problems. The research on the problems of hunger and the work of Josué de Castro in that field was completed in 2009. Working on Gramsci's theory about the role of intellectuals, I've researched the work of this author interviewing relatives and other intellectual contemporaries, as well as an exhaustive reading of his interviews published in books, magazines and newspapers. Having had access to his collection of documents, I researched his political activity, read his literature and watched movies about his life, for organizing a Seminar commemorating the centenary of his birth in 2008. Besides the seminar I wrote the article «Josué de Castro a twentieth century man». The text includes a collection of the author, currently in press.

Key words: hunger, literature, science, Latin American thought, intellectuals, Josué de Castro.

Introdução

A expressão «fome», para quem estuda o pensamento social brasileiro, imediatamente é identificada a Josué de Castro, o intelectual nordestino que projetou cientificamente o Brasil na comunidade científica internacional, ao compor, com literatos brasileiros que fizeram a «literatura da

fome», uma ciência voltada para o combate ao maior flagelo que tem fustigado a humanidade desde sua história mais remota. Ênfase a nordestinidade de Josué Apolônio de Castro, porque ele, como os escritores que revolucionaram a literatura brasileira tomando o fenômeno da *fome* como personagem principal de suas criações literárias: José Américo de Almeida (*A bagaceira*), Rachel de Queiroz (*O quinze*) e Graciliano Ramos (*Vidas secas*) nasceu no nordeste, região mais pobre do Brasil. Dedicando sua mais importante obra (*Geografia da fome*) a José Américo de Almeida e Rachel de Queiroz, por ele classificados como «romancistas da fome», Josué de Castro inclui neste seu panteão Rodolfo Teófilo, cientista e romancista (*A história da seca do ceará 1877-1880* e *A fome*), que primeiro estudou essa tragédia não como um fenômeno natural, mas como uma consequência de má ação política dos governantes, já no século XIX. Associado a Rodolfo Teófilo, nesta dedicatória também se encontra Euclides da Cunha (*Os sertões*), considerado o autor da obra fundamental, consagrada do sertanejo como o *cerne da nação*. A esses dois autores, Castro dá a classificação de «sociólogos da fome no Brasil».

A região mais pobre do país é também caracterizada pelos mais baixos índices pluviométricos de todo o território nacional, possuindo, em sua divisão geográfica o Sertão, assolado periodicamente por secas, quando se verificam drásticos deslocamentos de gente que foge da fome que mata muitas pessoas. Nesses períodos de total ausência de chuva, seres humanos e animais são submetidos a dietas alimentares cada vez mais miseráveis, conforme a extensão do período do flagelo. A mais longa e violenta hecatombe das secas do Nordeste foi a de 1877-1880, analisada e perpetuada pelas descrições, combate científico a seus efeitos e produção literária de Rodolfo Teófilo. Fenômeno natural registrado no Brasil desde o período colonial, a seca é apontada, ao longo da história, como responsável pela miséria do povo sertanejo e baixos resultados econômicos do Nordeste. Seu efeito mais danoso, em todas as épocas da história, tem sido a *fome*, desencadeadora, em sua esteira de desespero, de epidemias como varíola e todas as doenças decorrentes da desnutrição mais extrema. O forte deslocamento de grupos humanos desabalados pelos caminhos, atravessando as caatingas, em busca de povoados e cidades onde possam pedir esmolas, determina o fator migratório que incha as cidades nordestinas do agreste, zona da mata e o litoral, outras denominações geográficas do constructo classificatório das subregiões do nordeste. A maior capital dessa região, a cidade de Recife, por seu nível de urbanização e possibilidade de emprego, atraiu durante décadas levas de retirantes que ocuparam suas periferias, morros e os mangues às margens dos rios Beberibe e Capibaribe, constituindo o lócus das populações mais pobres, que baseiam sua alimentação no caranguejo, crustáceo que vive na lama dos manguezais. O Sertão, parte mais a oeste da região nordestina, caracteriza-se, também, pela existência de fauna e flora (plantas xerófilas, caatinga) perfeitamente adaptadas às inclemências climáticas,



com escassas bacias fluviais, constituídas, em grande parte, como seus afluentes, de rios periódicos. Seu mais importante recurso fluvial é representado pela Bacia do rio São Francisco que, nascendo em Minas Gerais, estado do sudeste brasileiro, banha o nordeste, beneficiando os estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.

Paradoxalmente, desrespeitando essas características ambientais que dificultam a produção agrícola, a economia do nordeste, desde a empresa colonial, destinou as terras férteis, como a zona da mata e o litoral, à produção de cana de açúcar, para a exportação açucareira em destino da metrópole portuguesa. Logo, as terras férteis do nordeste foram exploradas para a produção de mercadoria para o comércio internacional, enquanto as terras mais fragilizadas pela composição climática; ambiental desfavorável foram destinadas à produção de alimentos para a população. A agricultura, voltada para a produção de alimentos, foi secundarizada em relação à pecuária, intensamente utilizada na alimentação sertaneja e em relação ao espaço da monocultura da cana. O boi foi usado, não só como alimento, mas como animal de tração nos engenhos e, pelo tratamento artesanal das peles de animais, também na indústria de exportação, quando o açúcar era levado para os navios em grandes sacos de couro. Na sucessão de produtos para a exportação, o cacau também ocupou grandes extensões de terras agriculturáveis, em detrimento da produção de alimentos para o povo nordestino. Nos séculos XVII e XVIII, o sertão desenvolveu a indústria da carne de charque mas foi obrigado a exportar o gado vivo, mais barato, para as zonas de produção de mercadoria, proibido de aumentar o preço da carne, para não onerar os produtos exportados. Esta restrição à venda de charque nos engenhos, o aviltamento dos preços dos alimentos produzidos no sertão, os altos custos dos produtos como querosene, armas e ferramentas para a agricultura, importados nas praças comerciais, mais o efeito arrasador das secas periódicas, foram os fatores responsáveis pela imutável situação de privação daquela região, no período colonial. Rodolfo Teófilo, na seca de 1877-1880 no nordeste, denunciou que a mortandade de sertanejos (metade da população) aconteceu porque não houve por parte dos governos central e das províncias qualquer preocupação em coibir a ganância dos comerciantes que levaram os preços da farinha, da carne e de todos os gêneros de primeira necessidade a patamares tão elevados, que *só os ricos podiam comer*. Até os alimentos enviados em socorro dos flagelados foram apropriados pelos comerciantes e chefes locais, tornando-se mercadoria proibida para os famintos retirantes.

Discussão

No século XX, intelectuais de diferentes profissões, como médicos, advogados, artistas, engenheiros, jornalistas, escritores e militares, numa tomada de consciência sobre o papel do intelectual no mundo que se modernizava aceleradamente, se reúnem em academias, clubes literários, partidos políticos e movimentos editoriais, para propor soluções para os problemas da sociedade brasileira. Para esses pensadores, defensores de uma grande transformação ou mesmo uma revolução, os problemas mais urgentes do Brasil eram o analfabetismo, o latifúndio e as formas políticas arcaicas da República Velha. Urgia acelerar a colocação do país entre as «nações civilizadas». Vejo esse século como um tempo de decisões extremas na construção e defesa de utopias, de um lado, ou de adesão ao pragmatismo da naturalização das desigualdades; de outro, com a erradicação, na linguagem intelectual e no senso comum, dos conceitos de justiça e injustiça social. Entre essas correntes de intelectuais, no primeiro

espectro, destaco Josué de Castro, nascido em Recife-Pernambuco, em 5 de setembro de 1908, numa família de classe média, sendo a mãe professora e o pai pequeno comerciante, de origem sertaneja. Dando os primeiros passos muito perto da lama dos mangues do Recife na infância e adolescência, divisou desde a primeira compreensão do mundo os espaços sociais que separam todos os homens em campos geográficos, marcados uns pela pujança da vida, do poder e dos direitos, sendo outros lugares reservados aos classificados pela linguagem da caridade como *os deserdados da sorte*, pastos da morte desde o nascimento. Referindo-se a esse tempo, Josué de Castro afirmará que teve na visão daquele choque de mundos, na convivência com aqueles *homens caranguejos* seus amigos de infância, sua *primeira universidade*.

Aquela vivência com a miséria mostrou-lhe a fome, transmitindo-lhe a dor do mundo que o açoitou durante toda a vida, transformando-o num andarilho que bateu em todas as portas do poder do conhecimento e da política, movido pela utopia de que era possível, construindo-se redes de pensadores e ativistas engajados na solução dos mais graves problemas da humanidade, promover a justiça social. Para ele, a fome e a miséria em todas as representações, seriam eliminadas pela ciência voltada para a solução tecnológica desses problemas, a reestruturação do homem em todas as instâncias, fazendo nascer um mundo sem os estigmas das diferentes faces da dominação. Sua militância intelectual se inicia na vida estudantil da Faculdade de Medicina da Bahia, quando publicou os primeiros trabalhos em jornais do Recife e Salvador, transferindo-se para a Faculdade Nacional de Medicina no Rio de Janeiro, onde conclui os estudos em 1929. Completada a formação médica nas Faculdades da Bahia e do Rio de Janeiro, impregnado do pensamento da época em dois grandes centros brasileiros de debates, em 1929, antes dos vinte e um anos de idade, Josué de Castro embarca para o México de onde se desloca para os Estados Unidos, cumprindo estágio de quatro meses na Universidade de Columbia e no *Medical Center de Nova York*. Em busca de conhecimento e experiência profissional, prossegue a caminhada que o levará de Pernambuco para a Bahia com apenas quinze anos e ao Rio de Janeiro com dezoito, e que o levaria até onde estivesse o homem em sofrimento; *material a ser pesquisado*, a locais de aprendizado e, em diferentes frentes, à divulgação e aplicação da ciência para a *salvação do homem*.

Voltando ao Recife, aí se instala como médico, fazendo pesquisas sobre doenças da nutrição. Procurava, desde então, aprimorar os conhecimentos, estudando as condições de vida das populações das baixas camadas sociais, fazendo, recém formado, um *inquérito* sobre as condições de vida da classe operária do Recife. Ingressando no universo da pesquisa, sente necessidade de ser educador, de transmitir conhecimentos, e no ano de 1932, defende tese de livre-docente de Fisiologia da Faculdade de Medicina do Recife, intitulada *O problema fisiológico da alimentação no Brasil*, tornando-se professor dessa faculdade. O jovem de vinte e nove anos iniciava o amadurecimento intelectual com a descoberta do papel da alimentação na sociedade, quando o *inquérito* lhe mostrou os múltiplos efeitos da nutrição insuficiente na atuação dos operários que, não padecendo de uma doença específica, não conseguiam, contudo, trabalhar. Era mais uma vez a fome a ele se apresentando: na infância e na adolescência, na experiência vivenciada nos mangues e nos mocambos; na juventude, a partir da análise da baixa produtividade dos trabalhadores. O método científico de análise do fenômeno mostrava-lhe os efeitos insidiosos daquele *amarelão*, da pobreza e da falta de comida das crianças de sua infância sobre a capacidade produtiva dos adultos que constituíam a



força de trabalho na cidade do Recife. Aprofundando essa reflexão, escreve:

«No fim de algum tempo, compreendi o que se passava com os enfermos. Disse aos patrões: sei o que meus clientes têm. Mas não posso curá-los porque sou médico e não diretor daqui. A doença desta gente é fome. Pediram que eu me demitisse. Saí. Compreendi, então, que o problema era social. Não era só do Mocambo, não era só do Recife, nem só do Brasil, nem só do continente. Era um problema mundial, um drama universal» (Castro, 1946).

Para aplicar suas teorias, é nomeado chefe da Clínica das Doenças do Aparelho Digestivo e da Nutrição da Brigada Militar do Estado de Pernambuco em 1933, indo no mesmo ano ministrar curso de especialização em Nutrição na Argentina, no Instituto de Nutrição. Permanece no Recife até inícios de 1935, quando se transfere para o Rio de Janeiro, montando consultório e se engajando no movimento de organização da Universidade do Distrito Federal. Indicado por Roquette Pinto, ocupa a cadeira de Antropologia Física, com Heloísa Alberto Torres e Julia Pourchet. Com o fim desta Universidade, em 1938, reside na Europa, estagiando no Instituto Bioquímico de Roma, dando cursos nas Universidades de Nápoles, Roma e Gênova, publicando o livro *Alimentazione e acclimatazione umana nei tropici*. Na França, fez curso de especialização em Antropologia no Museu do Homem. Em todo esse período, quando estava no Rio de Janeiro, manteve o consultório com grande clientela, especializado em doenças da alimentação.

«Englobando perspectivas educacionais dos Estados Unidos, da América Latina e da Europa, expande suas análises da realidade pesquisada com abordagens antropológica, médica, sociológica, geográfica, econômica e política, para concluir que «os estudos médico-sociais mais modernos vêm demonstrar que nenhum fator mesológico tem maior influência sobre o equilíbrio vital e manutenção dos níveis de vida que o fator alimentação» (Castro, 2007:29).

Amadurecida a ideia da importância da alimentação para o desenvolvimento do país, em 1935 o combativo intelectual apresenta na Assembléia Nacional o projeto de criação do Instituto Nacional de Nutrição. Constatando já haver bastante difundida uma consciência da relação entre salário e alimentação, Josué de Castro se encontra à frente da defesa de criação de um salário mínimo que satisfaça as necessidades básicas do trabalhador e de sua família, considerando-se alimentação, moradia, educação dos filhos e lazer. Em 1937, publica «A alimentação à luz da geografia humana» e, em 1938, participa da Conferência de Bogotá, sobre os Problemas de Alimentação, onde se propõe a criação, em cada país, de uma Comissão de Nutrição, sob o controle dos órgãos de Saúde Pública. A partir de 1939, integra o corpo docente da Universidade do Brasil, tornando-se catedrático de Geografia Humana, por concurso público da Faculdade Nacional de Filosofia daquela Universidade (1947), com defesa da Tese «A cidade do Recife, ensaio de geografia urbana». Entre a formatura em Medicina e o final da 2ª Guerra, publicara vários livros e artigos sobre o tema alimentação como: *O problema da alimentação no Brasil; Documentário do nordeste; Fisiologia dos tabus; Alimentação e raça; A alimentação brasileira à luz da geografia humana*. Estava pronto para o grande passo no mundo, que foi a publicação do livro *Geografia da fome* (1946), em cujo prefácio escreve: «Fome- eis um problema tão velho quanto a própria vida. Para os homens, tão velho quanto a humanidade»

(3). O livro foi recebido no meio intelectual como uma grande descoberta. A reação foi de euforia, tendo a Academia Brasileira de Letras concedido ao autor o Prêmio José Veríssimo. A recepção da crítica literária e científica projetou celeremente a obra, traduzida em vinte e quatro idiomas. Suas teorias ocupavam os debates universitários e a imprensa, em diferentes países do mundo, para onde Josué de Castro era convidado, a fim de explicar a metodologia criada para um *novo fazer geográfico*, superando as formas tradicionais da geografia. Utilizando o método geográfico, explica: «Não o método descritivo da antiga geografia, mas o método interpretativo da moderna ciência geográfica». No mesmo prefácio o autor faz notar que a *Fome* tornara-se um tema tão delicado e perigoso que se constituía num dos tabus da civilização ocidental, o que explicava a diminuta bibliografia existente sobre o tema, acrescentando:

«Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido ou, pelo menos, pouco aconselhável de ser abordado publicamente» (Castro, 1946).

Em «Geografia da fome», o cientista cunhou a expressão *subdesenvolvimento*, explicando a fome como a expressão biológica do subdesenvolvimento, na frase: «Ao retratarmos a fome no Brasil estamos evidenciando o seu subdesenvolvimento econômico porque fome e subdesenvolvimento são a mesma coisa» (Ibid.). Para a socióloga Anna Maria de Castro (1977:32), o intelectual e ativista demonstrou com este importante trabalho que era possível construir uma ciência que teria por objeto de estudo problemas específicos de países pobres e que fosse capaz de explicar a situação destes países sem recorrer ao mito da inferioridade racial, do fatalismo, do determinismo geográfico, ou até do acaso. Outro grande mérito de «Geografia da fome» foi a classificação da fome entre «endêmica» e «epidêmica», dando conta de uma fome escondida, existente em áreas de riqueza, cuja letalidade é disfarçada por ser uma epidemia, doença crônica, só percebida indiretamente, pela presença de doenças como bócio, tuberculose, beribéri etc., doenças da desnutrição, enfim. A fome epidêmica é própria de grandes hecatombes, como as secas do nordeste brasileiro, momento de supressão violenta de alimentos, caracterizando um quadro físico e social onde todos os níveis de vida e laços de sociabilidade entram em falência, determinando a ação nefasta da morte e de todas as epidemias que acompanham a fome e a desarticulação sócio-cultural do grupo humano vitimado pela catástrofe da natureza.

Refletindo sobre causas políticas e econômicas que têm desencadeado a fome no mundo, Josué de Castro projeta suas análises de índices de subnutrição dos povos através da história, publicando, em 1951, «Geopolítica da fome». Nesta obra, faz profundas constatações, como acerca do papel da guerra no desaparecimento de vastos estoques populacionais, não só pelo morticínio perpetrado pelas armas mas também pela fome desencadeada durante e após os conflitos, causadores dos desequilíbrios na produção de alimentos. Como exemplo dos efeitos das guerras na produção da fome no mundo, ele apresenta a invasão do Egito pelos romanos, para se apossarem do trigo e outros alimentos produzidos com fartura às margens do rio Nilo. O Império Romano considerava natural e seu direito legítimo a posse das regiões produtoras dos alimentos necessários a sua própria população. As mortes por inanição nos campos de concentração da Alemanha nazista são também analisadas pelo autor atestando a fome como uma arma de destruição das mais poderosas. Sua



entrega à causa da luta pela erradicação da fome, galvanizando toda sua energia, vai transformando aquele nordestino num cidadão do mundo. Ele procurava atuar em diferentes ramos do saber em prol de uma ação reestruturadora do mundo, contribuindo em diferentes frentes (como médico, geógrafo, nutricionista, sociólogo, ambientalista, escritor, pacifista, aprendiz de cineasta, antropólogo, político, editor, romancista, professor e pesquisador), para o soerguimento do homem aviltado pela injustiça de todas as formas de exploração. Integrando o homem como parte da natureza, Josué de Castro rompe com os paradigmas tradicionais da ecologia, dando relevância aos aspectos da degradação imposta aos humanos e ao meio ambiente pelas estratégias predatórias da exploração econômica dos países submetidos pelo sistema colonial. Denunciando o desenvolvimento econômico que se faz em detrimento do homem, Castro não vê possibilidade de melhoria das condições de vida das populações submetidas ao processo de exploração das grandes empresas dos países ricos nem, como no caso do Brasil, as políticas governamentais voltadas para o crescimento econômico poderiam se compatibilizar para a resolução dos problemas que afligem as camadas mais miseráveis da sociedade marcada por altos índices de doenças produzidas pela fome endêmica e epidêmica.

Essas teses sobre o desenvolvimento estão defendidas no artigo «O dilema brasileiro: pão ou aço», publicado na Revista Brasiliense, jan/fev/1962, numa visão crítica das propostas desenvolvimentistas do governo Juscelino Kubitschek e, também, a polêmica que manteve com Celso Furtado a respeito das políticas propostas por este economista para o desenvolvimento do sertão nordestino. Combatendo a estratégia de Furtado, de erradicar do campo grandes contingentes de sertanejos para utilizá-los no processo de industrialização e urbanização, Josué de Castro demonstra profunda erudição ao analisar as condições ambientais, o tipo de solo da região e a cultura sertaneja, para defender a fixação do homem na terra, a reforma agrária e a campanha educacional suprimindo o analfabetismo e preparando o agricultor com inovação tecnológica para multiplicar aceleradamente a produção de alimentos. Propõe ainda a criação de infra-estrutura financiada pelo governo para garantir, sem prejuízo dos agricultores, o escoamento do produto para comercialização. Eliminando-se a fome, o latifúndio e o analfabetismo, a sociedade já estaria em franco desenvolvimento, com a participação de novos agentes produtivos na construção da riqueza nacional, eliminando-se os lugares reservados às baixas camadas, antros de toda iniquidade da injustiça social. Pensando cada vez mais ousadamente, Josué de Castro se expõe nas lutas pela reforma agrária, pela defesa da paz e da liberdade para todos os povos, segundo ele, portadores de fome de comida, de dignidade e de justiça, principalmente em acordo com o mote de sua vida: «**Alimentação como direito universal de todos os homens**». Esta afirmação torna-se, porém, a mais perigosa do ponto de vista das elites econômicas, na medida em que ataca a *mercadorização* dos alimentos, isto é, combate o lucro alcançado com as medidas especulativas com os preços dos alimentos, fator determinante da sobrevivência humana. Na concepção capitalista de mundo, qualquer *mercadoria* é usada como geradora de lucro multiplicador de riqueza para quem detém sua propriedade. Considerando, como afirma Castro, que a maior pressão exercida sobre todos os homens é a fome, pelas leis do mercado, sendo a mercadoria de maior procura, não pode, em *nenhuma* circunstância, ser posta *fora da lei* da oferta e da procura.

Conclusões e discussão

Reconhecido internacionalmente, Josué de Castro ocupou os postos mais destacados nas instituições voltadas para o combate à fome, como a FAO, de cujo Conselho da Organização para a Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas foi eleito duas vezes (1952-1955). Presidiu a Campanha de Defesa contra a fome organizada pelas Nações Unidas, quando apresentou como o primeiro direito do homem, o de não passar fome. Fez parte da equipe que criou a Associação Internacional de Luta Contra a Fome, dirigindo até seus últimos dias, em 24 de setembro de 1973, a Associação Internacional das Condições de Vida e Saúde. No Brasil esteve à frente de várias instituições, atuou como deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro, pautando seu mandato pela luta pela *reforma agrária*. Era embaixador do Brasil em Genebra junto a órgãos da ONU, quando o golpe de 1964 cassou seus direitos políticos. Dotado de forte tendência positiva em sua militância, Josué de Castro elaborou o *Programa de 10 pontos para vencer a fome*

1. Combate ao latifúndio
2. Combate à monocultura em largas extensões sem as correspondentes zonas de abastecimento dos grupos humanos ela empregados.
3. Aproveitamento nacional de todas as terras cultiváveis circunvizinhas dos grandes centros urbanos para a agricultura de sustentação, principalmente de substâncias perecíveis como frutas, legumes e verduras que resistem a longos transportes, sem os recursos técnicos da refrigeração.
4. Intensificação do cultivo de alimentos sob forma de policultura nas pequenas propriedades.
5. Mecanização intensiva da lavoura, da qual dependem os destinos produtivos de toda nossa economia agrícola.
6. Financiamento bancário adequado e suficiente da agricultura assim como garantia da produção pela fixação de bom preço mínimo.
7. Progressiva diminuição até a absoluta isenção de impostos da terra destinada inteiramente ao cultivo dos produtos de sustentação.
8. Amparo e fomento ao cooperativismo, que poderá servir de alavanca impulsionadora à nossa incipiente agricultura de produtos alimentares.
9. Intensificação dos estudos técnicos de Bromatologia e Nutrologia no sentido de que se obtenha um conhecimento mais amplo do valor real dos recursos alimentares.
10. Planejamento de uma campanha de âmbito nacional para a formação de bons hábitos alimentares, o qual envolva não só o conhecimento dos princípios históricos de higiene como o amor à terra, os rudimentos de economia agrícola e doméstica, os fundamentos da luta técnica contra a erosão.

Os dois últimos governos do Brasil, entretanto, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Lula Inácio da Silva (PT), planejaram suas ações em diretrizes opostas às teses de Josué de Castro, no que diz respeito à produção de alimentos. Desde a política desenvolvimentista industrializadora do governo Juscelino (1956-1961) com seu Plano de Metas e seu planejador o economista Celso Furtado, a situação do pequeno produtor agrícola só tem se degradado. A primeira consequência da erradicação de 70% da população do campo foi o inchaço urbano, produzindo megalópoles com vastas zonas de miséria, aqueles espaços de fome tão denunciados por Josué de Castro. O vazio de pequenos produtores de alimento açoitados para as cidades foi preenchido pela progressiva expansão dos latifúndios. Se os governos da ditadura financiaram o incremento do latifúndio para a



produção do álcool, os chamados governos democratas se voltaram para o agronegócio. Ambas as opções de planejamento agrícola, voltados para a constituição de latifúndios subsidiados pelo governo dão-se em detrimento da agricultura de alimentos, predominantemente ainda uma produção familiar. Agravando o problema da alimentação e da qualidade dos alimentos, temos hoje a produção agrícola entregue às grandes empresas internacionais de transgênicos, como a Monsanto, sem qualquer respeito às medidas de proteção aos alimentos. Altos investimentos públicos em indústrias de fertilizantes, sem rigor de controle dos efeitos desses agentes sobre a saúde das populações apontam para a interpretação de que esses governos comungam o ideário do neoliberalismo, de que *tudo é mercadoria*, anulando-se em todas as instâncias as propostas de Josué de Castro.

Comentário do editor Adelia. Luitgarde Oliveira-Cavalcanti em *A fome como tabu e a luta de Josué de Castro*, traz à luz a atuação do intelectual comprometido com seu tempo e sua gente para quem a persistência da fome e do sub-desenvolvimento tornaram-se seu principal alvo de combate. Nascido em Recife-Pernambuco, Brasil, em 5 de setembro de 1908, Josué angariou projeção científica internacional ao inaugurar a chamada *literatura da fome* que derivou em vários livros, com destaque ímpar para *Geografia da fome* (1946), que recebeu da Academia Brasileira de Letras o Prêmio José Veríssimo, tendo sido traduzido em 24 idiomas no mundo. Em sua obra de uma vida, Josué de Castro denunciava o tabu da fome na civilização ocidental, que explicava a diminuta bibliografia acerca da questão tão presente quanto alarmante. Sabia ser um tema perigoso, sobretudo, ao se propor explicá-lo sem recorrer ao mito da inferioridade racial, do fatalismo, do determinismo geográfico, ou até do acaso, mas como sinônimo de sub-desenvolvimento. Neste quadro, a fome *endêmica* e *epidêmica* persistia e crescia. A primeira, uma fome escondida, existente em áreas de riqueza, cuja letalidade disfarçava-se em doença crônica. A segunda, a fome epidêmica, própria das tragédias «naturais», como as secas do nordeste brasileiro, provocada pela supressão violenta de alimentos, desarticulação sócio-cultural do grupo humano vitimado e a ação nefasta da morte e de todas as epidemias que acompanham a fome. Josué de Castro relacionou a fome ao tipo de produção marcado pelo latifúndio e pela monocultura sem as correspondentes zonas de abastecimento dos grupos humanos nela empregados e sem o aproveitamento das terras cultiváveis vizinhas dos grandes centros urbanos para a agricultura de sustentação. Para a autora, o não-enfrentamento dos desafios enumerados pelo clássico Josué de Castro ainda responde pela *Fome* que insiste em matar crianças, mulheres, homens em pleno século 21.

Referências bibliográficas

- Castro, A. (2007). Josué de Castro: semeador de ideias. In: Fernandes, Bernardo; Mançano, Gonçalves, Carlos Walter Porto (Orgs). *Josué de Castro: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular (2ª edição).
- Castro, A. (1977). *Nutrição e desenvolvimento: análise de uma política*. Tese para o concurso de livre docência em sociologia. Rio de Janeiro, Instituto de Nutrição, Centro de Ciências da Saúde, UFRJ.
- Castro, J. (1946). *Geografia da fome*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro.